



Processo SEI IPJ.00177/2021

CONTRATO N.º. 05/2021

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN E ORL VIAGENS E TURISMO LTDA. PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COTAÇÃO DE PREÇOS, RESERVAS E EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS. FUNDAMENTO NO ART. 24, II DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93 - Processo SEI IPJ.00177/2021**

**I - Introito**

O presente instrumento rege-se fundamentalmente pela Lei Federal nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, estando vinculado ao Processo SEI IPJ.00177/2021, de acordo com a deliberação do Exmo. Sr. Presidente do IPREJUN exarada naqueles autos e que autoriza sua lavratura.

**II – Das Partes**

**Cláusula 1ª** - São partes no presente instrumento de contrato:

a) De um lado, na condição e doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE** o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, com sede nesta cidade, Estado de São Paulo, na Avenida da Liberdade, s/nº - 6º andar – Ala Norte, Jd. Botânico – Jundiaí/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 05.507.216/0001-61, neste ato representada por seu Presidente, Sr. João Carlos Figueiredo, e pela Diretora Administrativa/Financeira, Claudia George Musseli Cezar.

b) De outro lado, na condição e doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, a empresa **ORL VIAGENS E TURISMO LTDA**, com sede na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Anchieta 204 – Sala 106 – Vila Boaventura, Jundiaí/SP inscrita no CNPJ sob o nº 17.642.185/0001-30, neste ato representada por seu sócio, Sr. Bruno José de Lima, CPF 324.380.898-73

**III – Do Objeto**



**Cláusula 2ª** - De acordo com o Processo SEI IPJ.00177/2021 a CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de cotação de preços, reservas e emissão de bilhetes de passagens.

**Cláusula 3ª** - Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, a proposta da **CONTRATADA**, anexos e pareceres que formam o Processo SEI IPJ.00177/2021.

**Cláusula 4ª** - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

#### IV – Da Execução Contratual

**Cláusula 5ª** - O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser renovado por sucessivos períodos, a critério da CONTRATANTE, até o limite legal de 60 (sessenta) meses, permitindo a mesma periodicidade quinzenal de pagamentos.

**Cláusula 6ª** – Caberá à CONTRATADA fornecer meios de contato à CONTRATANTE para a efetivação das reservas, sejam eles via e-mail, telefone, ou site específico.

**Cláusula 7ª** É responsabilidade da CONTRATANTE o fornecimento exato de dados pessoais dos passageiros (nomes, data de nascimento, número de documentos) e da reserva da viagem solicitada (datas, horários, destinos, serviços inclusos).

**Cláusula 8ª** A CONTRATANTE fornecerá lista de nomes/cargos autorizados a solicitar os serviços da CONTRATADA.

**Cláusula 9ª** – Pelos serviços prestados a CONTRATADA fará jus ao recebimento de R\$ 10,90 (Dez reais e noventa centavos) por bilhete de passagem aérea nacional emitido, com estimativa de emissão anual de 120 bilhetes.

**Cláusula 10ª** – Mantidas as demais cláusulas contratuais, poderá haver prorrogação de prazo, assegurando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas condições do artigo 57, inciso II, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.



**Cláusula 11ª** - Quaisquer modificações na estrutura da CONTRATADA, tais como cisão, fusão, transformação ou incorporação, somente motivarão a rescisão contratual quando prejudicar-lhe a execução.

**Cláusula 12ª** - A CONTRATANTE exercerá a fiscalização sobre os serviços contratados, através da Diretoria Administrativa, o que não reduzirá nem excluirá a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros.

#### **V – Das Responsabilidades da CONTRATADA**

**Cláusula 13ª** – É de responsabilidade da CONTRATADA a efetivação da reserva solicitada, mediante a correta utilização das informações fornecidas pela CONTRATANTE.

**Cláusula 14ª** – Em caso de indisponibilidade do serviço ou alteração das condições fornecidas pelos prestadores finais dos serviços, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE previamente.

**Cláusula 15ª** – É responsabilidade da CONTRATADA indicar à CONTRATANTE as condições necessárias a cada viagem, tais como: documento para embarque, passaporte, vacinas, vistos ou quaisquer outras existentes.

**Cláusula 16ª** – A CONTRATADA deve estar ciente da Política de Segurança da Informação e das Comunicações (POSIC) do IPREJUN e de seu conteúdo, disponibilizado no site <http://iprejun.sp.gov.br>.

#### **VI – Das Condições de Pagamento e Reajustes**

**Cláusula 17ª** - A CONTRATANTE pagará quinzenalmente à CONTRATADA pelo fornecimento do objeto deste contrato, em moeda corrente nacional – Real, os valores correspondentes à emissão dos bilhetes.

**Cláusula 18ª** - A CONTRATADA emitirá documento fiscal pelo serviço prestado, com faturamento quinzenal, sendo o pagamento efetuado: até o último dia útil do mês, para as emissões e reservas efetuadas entre os dias 1 e 15; até o dia 15 do mês subsequente, para as emissões e reservas efetuadas entre os dias 16 e 31 do mês anterior.

**Cláusula 19ª** – O documento fiscal deverá ser entregue com as Certidões Negativas de Débito relativas à Previdência Social e ao FGTS.

**Cláusula 20ª** - Os títulos de créditos emitidos contra a CONTRATANTE, decorrentes de fornecimentos de materiais ou serviços, não poderão ser negociados com banco, *factoring*



ou terceiros a título de antecipação de recebíveis em qualquer modalidade. Dessa forma o valor deverá ser exclusivamente recebido na forma de cobrança.

**Cláusula 21ª** - Os preços contratados poderão ser atualizados a cada 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, utilizando-se do IPC-FIPE e na periodicidade definida em lei, servindo o mesmo índice para outras correções, se o caso.

## VII - Fiscalização

**Cláusula 22ª** - A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos trabalhos da CONTRATADA por meio da Diretoria Administrativa-Financeira do IPREJUN, o que não reduzirá nem excluirá a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros.

Parágrafo único - Nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8666/93, fica designada a servidora Angie Ap. de Araujo, exercente do cargo de Assistente de Administração, como encarregada da gestão do presente contrato, que será substituída pelo servidor Omair José Fezzardi, exercente do cargo de Analista de Orçamento, Planejamento e Gestão, em caso de impedimento da primeira.

## VIII - Penalidades

**Cláusula 23ª** - A CONTRATADA total ou parcialmente inadimplente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

- a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento ou execução contratual;
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:
  - b.1) multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);
  - b.2) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público CONTRATANTE;
- c) suspensão temporária do direito de participar em licitação com o Iprejun por até 05 (cinco) anos, entre outras, nas hipóteses:



- c.1) ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;
- c.2) não manter a proposta;
- c.3) falhar gravemente na execução do contrato;
- c.4) na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;
- d) declaração de impedimento para licitar ou contratar com o Poder Público federal, estadual, distrital e municipal, por até 05 (cinco) anos, dentre outros comportamentos, em especial, quando:
  - d.1) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - d.2) comportar-se de modo inidôneo;
  - d.3) cometer fraude fiscal;
  - d.4) fraudar na execução do contrato.

**Cláusula 24ª** - Independentemente das sanções retro, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à composição de perdas e danos causados à CONTRATANTE e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de as demais classificadas não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

**Cláusula 25ª** - As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a que a Contratada tiver direito.

#### IX - Da Classificação Contábil

**Cláusula 26ª** - O pagamento decorrente do fornecimento do objeto deste contrato correrá por conta da dotação orçamentária nº 50.01.09.122.0190.8006.3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, conforme verba dotada no orçamento da CONTRATANTE.

#### X - Da Rescisão

**Cláusula 27ª** - O contrato poderá ser rescindido, caso ocorra qualquer das hipóteses previstas nos arts. 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, reconhecidos os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da mesma Lei.

**Cláusula 28ª** - A rescisão determinada por ato unilateral por escrito da CONTRATANTE será formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



**XI – Do Foro**

**Cláusula 29ª** - Para dirimir as questões oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Jundiaí, Estado de São Paulo.

**Cláusula 30ª** - A parte que der causa ao rompimento deste instrumento arcará com as despesas processuais e demais verbas cominadas à espécie.

**XII - Do Encerramento**

**Cláusula 31ª** - E por estarem assim, justas e concordes, CONTRATANTE e CONTRATADA firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, lidas e achadas conforme na presença de 02 (duas) testemunhas nomeadas e assinadas, na forma da lei.

Jundiaí, 14 de junho de 2021

  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN  
JOÃO CARLOS FIGUEIREDO

  
CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR

  
**Bruno José de Lima**  
DIRETOR  
CPF: 324.380.898-73

ORL VIAGENS E TURISMO LTDA

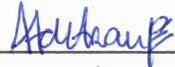
**17.642.185/0001-30**

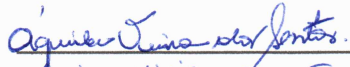
ORL VIAGENS E TURISMO LTDA

RUA ANCHIETA, 204 SALA 106  
VILA BOAVENTURA CEP: 13.201-038

**JUNDIAÍ - SP**

Testemunhas:

  
Angie de Araujo  
261.525.248-81

  
Aquilino Vieira dos Santos  
403.364.368-07